

**RE no AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.598.928 - RS  
(2019/0303505-6)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**  
**RECORRENTE : DAIANE CRISTINA DA SILVA AZEVEDO DE VARGAS**  
**ADVOGADO : MARCELA TERNES - RS078587**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO  
SUL**

**DESPACHO**

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por DAIANE CRISTINA DA SILVA AZEVEDO DE VARGAS, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Quinta Turma deste Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fl. 508):

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL.  
ESTELIONATO. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO.  
SÚMULA N. 284/STF. INSURGÊNCIA DESPROVIDA.

1. A recorrente alega ter o acórdão violado o art. 386, V e VII, do Código de Processo Penal. No entanto, limitou-se a transcrever o dispositivo legal e a citar trechos doutrinários, sem expor em que consistiu a violação, o que demonstra deficiência de fundamentação do recurso especial e atrai a Súmula n. 284/STF, impedindo seu conhecimento.

2. Agravo regimental desprovido.

De plano, evidencia-se que a parte recorrente apresentou nos autos duas petições de recurso extraordinário, que impugnaram o mesmo *decisum* (fls. 498/505 e 515/521).

Assim, inviável o conhecimento da segunda peça processual (PET RE 00114435/2020, fls. 515/521), em virtude do princípio da unirrecorribilidade e da preclusão consumativa, porquanto a parte já exerceu a sua faculdade recursal com a interposição do primeiro recurso, cuja admissibilidade se afere em decisão a ele relativa.

Feitas essas considerações, nada se tem a prover quanto à segunda petição de recurso extraordinário (fls. 515/521).

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA

Vice-Presidente